

Editorial Movimento pela Base

fevereiro/2022

Para receber complementação do Fundeb, redes devem inserir seus currículos em plataforma do MEC

O MEC, por meio de ofício-circular, solicitou o cadastro dos currículos estaduais e municipais alinhados à BNCC na [Plataforma de Monitoramento da Implementação](#). Esse repositório de documentos será a base de dados oficial do MEC para o “levantamento de informações referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dentre outros, o que trata da melhoria da aprendizagem, o Valor Aluno/Ano por Resultado (VAAR)”, segundo o ofício. Os referenciais curriculares alinhados à BNCC estão indicados na [Lei do Fundeb](#), aprovada em 2020, como condicionalidade para as redes receberem a complementação VAAR. Consed e Undime (entidades que representam as secretarias estaduais e municipais de Educação), além de Focede e Uncme (que representam os conselhos estaduais e municipais de Educação), vêm reforçando para as redes e conselhos de todo o país a importância de inserir esses documentos na plataforma indicada pelo MEC. O Movimento pela Base publicou [passo a passo para inserção dos documentos](#).

Implementação do Novo Ensino Médio começa sem que todos os estados tenham currículos homologados

Conforme [cronograma](#) definido pelo MEC ([Portaria nº 521/2021](#)), 2022 marca o início da implementação da nova proposta de Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) nas escolas públicas e particulares que oferecem esta etapa educacional, com as turmas do 1º ano. Porém, de acordo com os dados publicados no [Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio](#), até agora 5 estados ainda não têm seus novos referenciais curriculares aprovados pelos respectivos Conselhos de Educação e homologados ou publicados oficialmente. São eles: Acre, Alagoas, Bahia, Rondônia e Tocantins. O MEC também indicou ([Portaria nº 649/2018](#)) que todas as redes construíssem Planos de Implementação (PLIs) para nortear o trabalho das equipes, registrando, por exemplo, objetivos e metas do Novo Ensino Médio no território e a relação das ações com o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais de Educação (PEEs). Os PLIs foram enviados pelas secretarias ao ministério entre setembro de 2021 e janeiro de 2022. O MEC, então, analisou a qualidade dos documentos e deu uma devolutiva estruturada a cada rede, para que pudesse realizar ajustes no planejamento e submeter uma versão mais avançada até o próximo dia 10 de março. Para apoiar as equipes dos estados nesta entrega, o Consed organizou dois encontros formativos online (um em novembro de 2021 e outro em fevereiro de 2022) em parceria com as organizações que integram a Frente de Currículo e Novo Ensino Médio da entidade – entre elas, o Movimento pela Base. O cenário do início da implementação do Novo Ensino Médio é, portanto, desafiador. Para saber mais sobre o PLI, leia reportagem com a experiência do [Mato Grosso do Sul](#).

Apesar do coronavírus, as aulas precisam ser retomadas de forma presencial

Conforme [posicionamento](#) publicado em fevereiro, o Movimento pela Base acredita que o retorno às aulas presenciais é fundamental para mitigar as perdas causadas pela pandemia e colocar os estudantes de volta às suas jornadas de aprendizagem. Para isso, será preciso investir ainda mais

em estratégias de busca ativa e de flexibilização curricular, de maneira a reverter o abandono e para que sejam priorizadas aprendizagens essenciais. É preciso também acolher estudantes, famílias e educadores. De acordo com o site [Educação e Coronavírus](#), realizado pelo Vozes da Educação, 24 redes estaduais iniciaram o ano letivo com aulas presenciais e outras estão prevendo retorno (AC) ou não forneceram informações (PA) ou ainda devem realizar atendimento semipresencial (PB) aos estudantes (dados de 8 de março). Nas redes municipais de capitais, enquanto 21 estão com atendimento presencial, uma prevê retorno presencial (Natal/RN), ou semipresencial (Belém/PA, Teresina/PI e João Pessoa/PB), ou não há informações (Rio Branco/AC) (dados de 8 de março). Levantamento do Vozes da Educação apresentado em 25 de fevereiro verificou o **impacto da variante ômicron do coronavírus** no retorno às aulas de 2022 com 11 países (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Chile, Dinamarca, França, Estados Unidos e Reino Unido). Entre os achados, nota-se que 8 dos 11 países analisados consideram que, apesar do aumento de casos da doença, as aulas devem ser feitas de forma presencial. Entre as localidades que mantiveram protocolos sanitários rígidos estão Argentina e Chile, com excelente cobertura vacinal de crianças, e África do Sul. Também foi visto que países que centralizaram as decisões conduziram melhor o processo de abertura e fechamento das escolas. A pesquisa indica que a melhor estratégia para a realidade do Brasil é manter as escolas abertas, com aulas 100% presenciais, e seguir com os protocolos de segurança, como uso de máscaras e distanciamento social.

SAEB e ENEM seguem sem definição

O alinhamento do Saeb e do Enem à BNCC e ao Novo Ensino Médio segue sem definição. As futuras edições das avaliações continuam sem cronograma de mudanças, o que incluiria a elaboração de novas matrizes avaliativas; e as provas de 2021 do Saeb carecem de apresentação contextualizada dos resultados. A demora das definições gera insegurança para as redes e escolas sobre o planejamento que deve ser adotado.

Censo Escolar: ausência de microdados por prejudicar transparência do monitoramento da implementação

Compartilhamos nas nossas redes sociais o [posicionamento elaborado pelo lede](#), o portal Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional, a respeito do novo formato de divulgação de dados do Censo Escolar 2021, adotado sob a justificativa de adequação à LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados. Entendemos que a ausência dos microdados, como os códigos das escolas e informações sobre os perfis de estudantes e professores, é prejudicial às leituras e à elaboração de análises que ajudem a acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas fundamentais para a educação, entre elas a implementação da BNCC. Confira os principais resultados do Censo Escolar 2021 [neste texto](#).